

Sarney cria esta semana comissão da Constituinte

Lyra entrega terça a minuta do decreto ao Presidente. Alguns nomes já estão confirmados

Decisões são do povo, não de especialistas

HAMILTON ALMEIDA FILHO

Colaborador

São Paulo — Amigo e assessor jurídico particular do presidente José Sarney há mais de 25 anos (desde os tempos da "Bossa-Nova" da UDN), o advogado e constitucionalista J. Saulo Ramos, 55 anos, sucessor de Vicente Ráo em seu escritório de advocacia de São Paulo, já tem lugar marcado na comissão que vai preparar o anteprojeto de convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Ex-assessor do presidente Jânio Quadros ("menos em sua renúncia", ressalva), Saulo Ramos vem sendo acionado por José Sarney desde a madrugada de 15 de março, quando por uma fatalidade de seu destino político se viu sentado na cadeira de Tancredo Neves. Em artigos nas páginas dos editoriais do Jornal do Brasil, Saulo Ramos passou a dar verdades parecidas constitucionais em apoio à legalidade da sucessão de Tancredo por Sarney.

Na semana passada, na madrugada de terça-feira, quando o mundo político ainda mal suspeitava do envio do emendado das diretas ao Congresso Nacional, foi Saulo Ramos quem, em conversa de 40 minutos ao telefone com o presidente Sarney, opinou sobre a mudança da redação dos artigos 74 e 75 da atual Constituição.

Moço ainda diante dos constitucionalistas da geração pré-46 (nomes como Afonso Arinos, Miguel Reale e Pontes de Miranda), Saulo Ramos de há muito vem trabalhando para esse "cliente chamado Brasil". No dia do enfarte do presidente Figueiredo, ele chegou a enviar por telex, a pedido do ministro do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, o seu parecer quanto à posse automática do vice Aureliano Chaves, sem que houvesse necessidade de pedido de licença ao Congresso Nacional.

Em entrevista exclusiva ao CORREIO BRAZILIENSE, Saulo Ramos fala do trabalho da convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

— Por que a Constituinte?

— A Constituinte é uma solução democrática para que todos participem da elaboração da lei básica, chamada Constituição, que vai reger a convivência social, que vai constituir o Estado e as regras jurídicas da vida pública e privada. Ninguém pode ficar de fora. Claro que será impossível a participação direta, na Assembleia Nacional, dos 130 milhões de brasileiros, mas cada cidadão deve estar lá representado: capitalistas, comunistas, liberais, socialistas, empregados, operários, estudantes, militares, donas-de-casa, usineiros, bóias-frias, pescadores, aeronautas, marinheiros, sertanistas, índios, religiosos, ateus. A Nação inteira precisa estar lá. Talvez não teremos outra oportunidade como esta dentro dos próximos 100 anos ou mais, porque uma Constituição é feita para durar muito, atravessar várias gerações. Temos que fazer a nossa bem feita, todas as questões têm que ser debatidas com calma e com muito juízo. E agora ou nunca.

— Qual a forma de participação popular mais efetiva?

— É o amplo debate público e os importantíssimos debates setoriais nas comunidades de trabalho, associações de classe, sindicatos, igrejas, partidos políticos, sociedades de amigos de barbairros, escolas, universidades, clubes, centros espíritas, nos casais, nas estivas, na roça, no campo. Deve-se debater tudo: quais as melhores soluções para a política brasileira, se é presidencialismo, parlamentarismo, corporativismo, comunismo, monarquia. Soluções para a ordem econômica, se é melhor o regime de propriedade estatal dos meios de produção ou o regime de propriedade privada, economia de estado ou de mercado, ou sistemas mistos. Tudo deve ser debatido em profundidade para que o cidadão brasileiro tome consciência do que lhe parece melhor e possa optar livremente por uma solução política e uma solução econômica, só para começar...

— Não pára aí o alcance da Constituição?

— Não. O povo irá regular, da forma que entender melhor, o ordenamento jurídico da família, do sistema tributário, dos direitos fundamentais do homem, direito de greve, desapropriações, reforma agrária, direito de estrangeiros, responsabilidades do presidente da República, poderes do Congresso, novas formas de telecomunicações, dos sistemas Legislativo, direito civil, penal, processual, organização dos tribunais etc. Há muita e muita coisa a ser feita.

— Tudo isto não é, porém, assunto para especialistas?

— Não, senhor. A sociedade tem que estabelecer, por exemplo, os limites e as condições para a criação dos impostos, ditando como e quando o Estado pode meter a mão no bolso do cidadão para tirar parte de suas economias. Será a sociedade que decidirá sobre sua vida privada, se haverá ou não divórcio, se o casamento religioso valerá para efeitos civis, até onde irá a liberdade de pensamento, se haverá ou não pena de morte. Tudo isto, e muito mais, tem que ser decidido pela própria sociedade. Por que especialistas?

— A redação da Constituição, que é a lei, não deve ser entregue aos juristas?

— Claro que os juristas darão a redação final, mas a Assembleia Nacional Constituinte tem que manifestar a vontade do povo nos debates e nas votações, cuidando para que a redação final seja fiel ao que ficou decidido.

— Como poderá o cidadão escolher o representante fiel às suas idéias?

— Creio ser preciso, primeiro, não confundir Constituinte com eleições comuns, dessas que se destinam periodicamente a renovar os parlamentos. (...) Tenho a impressão de que a maneira mais segura de escolher-se uma Constituinte eficiente e representativa estaria no mandato específico para a elaboração da Constituição. Terminada esta, o constituinte voltará para casa. Então, o povo elegerá os legisladores ordinários, que passarão a fazer as leis comuns já sob a disciplina da nova Constituição. Para não se ficar sem legislação comum no período, a Constituinte poderia exercer o poder legislativo enquanto estivesse reunida. São, porém, critérios a serem adotados antes da convocação.

— Por que esta demora na convocação somente para 1986 e instalação em 1987?

— A solução foi amadurecida pelos políticos da Aliança Democrática, sob a liderança de Tancredo Neves e José Sarney. E está correto, há muitas questões graves, sérias e variadíssimas a serem debatidas pelo povo, aprendidas, digeridas, gestadas e decididas. É necessário tempo. Constituinte não é campanha eleitoral para eleger este ou aquele político. Constituinte é eleição de idéias e princípios que os representantes eleitos vão defender e debater em assembleia nacional. Temos que chegar à nova Constituição sem atropelos, sem pressa e somente depois de muito debate e reflexão sobre cada ponto a ser tratado em nível constitucional. E, sobretudo, temos que debater e decidir uma questão preliminar: qual o processo de eleição que asseguraria maior representatividade à Assembleia Nacional Constituinte? Em matéria de Constituição e Constituinte nossas imprudências e afoitezas vêm de longe e nos têm custado caro. Por isto a primeira Constituição aprovada no Brasil simplesmente não existia, o que nos fez passar, depois, pela Batalha de Itararé e a nos acostumar com a idéia de direito constitucional de mentirinha. Brasil e Portugal têm este estigma histórico: nossa primeira Constituição foi estrangeira, o que nos criou o hábito de buscar no exterior modelo para tudo por falta de paciência e de ciência em busca de soluções próprias.

1986



até 15 de novembro próximo.

Lyra tem procurado guardar em segredo os nomes escolhidos para integrar a comissão, que será presidida pelo jurista Afonso Arinos.

O CORREIO, porém, apurou junto ao presidente Sarney alguns nomes que comporão a comissão, além dos que já vinham sendo divulgados como Paulo Brossard, Seabra Fagundes e Paulo Bonavides.

Sarney pretende convidar também Saulo Ramos (São Paulo), José Meira (Pernambuco) e Ferro Costa (Pará) e a vereadora Benedita da Silva (PT-Rio). O CORREIO ouviu, com exclusividade, a vereadora Bené e o advogado Saulo Ramos sobre a Constituinte.

Bené representará minorias

TERESA CRISTINA

Correspondente

Rio — A vereadora Benedita da Silva (PT), a Bené, única representante do Partido na câmara municipal, recebe com surpresa especulações que apontam seu nome como um dos certos para integrarem a comissão que vai elaborar o anteprojeto da Constituinte, cuja composição será definida pelo presidente José Sarney ainda este mês. O fato de ter conseguido "acumular forças" capazes de fazerem com que seu nome fosse mencionado, por um lado, e o de sentir que a sociedade já conta com representantes populares em condições de contribuir, por outro, representam para ela "fato histórico" como a conquista de seu mandato em 82.

Representante dos movimentos de favelados, trabalhadores, sindicalistas, mulheres, negros e índios, a vereadora acredita que sua possível indicação para

O ministro Fernando Lyra levará terça-feira ao presidente José Sarney a minuta do decreto criando a grande comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição, que será apresentado como sugestão à Assembleia Nacional Constituinte. Cerca de 50 nomes deverão integrar a comissão, que deverá apresentar suas conclusões

acomissão estará fatalmente relacionada com o seu compromisso com as minorias. Mesmo sabendo que, participando da comissão, se defrontará com juristas de renome, ela não teme o desafio e adianta que os subsídios que poderá oferecer serão dos mais ricos. "Farei lá o que tenho feito aqui", afirma, acrescentando que não adotará posição "exclusivista", pois pretende se submeter aos movimentos sociais. Para ela, sua participação na comissão só terá sentido na medida em que lhe seja dada a oportunidade de consulta permanente aos vários segmentos sociais.

Da mesma forma, defende a maior representatividade possível da Assembleia Constituinte e, neste sentido, prevê que isso só será viável com o assento no Congresso de políticos advindos dos meios populares. "O Parlamento brasileiro é um espaço burguês e elitizante. A presença de um ou outro trabalhador não o caracteriza como pu-



Para Benedita da Silva, Congresso é "um espaço burguês e elitizante"

pular. Haja vista as reivindicações dos trabalhadores e as diretas já". Segundo ela, dentro do quadro atual, torna-se impossível para a classe trabalhadora estar altamente organizada e participar efetivamente para o concurso das mudanças.

Embora sua atuação política devesse, em princípio, estar restrita aos problemas da cidade do Rio de Janeiro, a vereadora explica sua projeção, inclusive internacional, de maneira simples: "Surgiu como uma coisa nova, pelo fato de eu ser mulher, negra e favelada. E a primeira vez que o Parlamento brasileiro recebe uma representante assim. Isso tem uma repercussão enorme, porque as pessoas querem saber como foi para chegar até aí e como está sendo agora." Ela confessa que, de início, quando foi

consultada pelo PT, do qual foi fundadora no Rio, para uma candidatura sentiu medo. "Tremi nas bases, achava que não teria condições e que seria uma coisa estranha. Sempre disse: não era competente", acentua. Com o apoio da comunidade feminina do morro Chapéu Mangueira, favela da zona sul, onde mora, elegeu-se em 82 com 18 mil votos. Seu projeto político, como afirma, não é "carreirista", mas em torno de princípios. Só aceitará uma nova missão se tiver respaldo. "Quero ver o trabalhador organizado e quero ajudá-lo, se o meu mandato serve, muito bem, se é o de deputado, vamos lá".

A Câmara dos vereadores já apresentou projetos que trariam benefícios imediatos às populações carentes, entre os quais o

que determinava a formação de frentes de trabalho em regime de urgência, possibilitando à mão-de-obra ociosa a oportunidade de trabalhar em empreitadas na própria comunidade mediante remuneração, e o que institua passe livre nos transportes coletivos para desempregados e estudantes. Em termos nacionais, se chamada a colaborar, pretende sugerir uma revolução cultural. "Temos uma educação diferenciada e reprodutora de preconceitos (inclusive racial). Não acredito em mudanças sem uma revolução cultural. O sistema educacional é coisa para rico", pondera.

Ao mesmo tempo é portavoza das questões relativas ao índio, aos direitos da mulher, incluindo o problema da empregada doméstica. A partir do momento

em que seja indicada para a comissão, assegura, todos os movimentos aos quais está ligada imediatamente se mobilizarão. Ela começou seu trabalho comunitário na associação de moradores do Chapéu Mangueira, onde vivem hoje cerca de 3 mil pessoas, e faz parte do departamento feminino daquela entidade. Através do esforço conjunto dos moradores foram instalados postos de saúde, além de um jardim de infância conveniado e uma casa de cultura. Mas ainda faltam asfalto, creches e escolas.

Em recente debate sobre "como fica o índio na Constituinte" que promoveu na câmara dos vereadores, com a presença de representantes indígenas, manifestou-se contrariamente ao projeto do novo Código Civil, em tramitação no Congresso, no qual o índio é considerado "absolutamente incapaz" e a favor de uma reforma agrária ampla e da extinção de órgãos que "supostamente deveriam definir uma política nacional do índio" como Funai, Inca, Getal, Geban, Sudan, Sudene e o recém-criado Ministério de Desenvolvimento e Reforma Agrária. Outros encontros sobre a Constituinte estão programados.

"O que estou esperando da Constituinte, em primeiro lugar, é que sirva como foro de debates e discussão de temas considerados malditos, por mexerem consideravelmente na estrutura de poder. Tenho uma visão clara das coisas e sei que não basta colocar no papel. Se para alguns estamos na Nova República, eu ainda estou batalhando para que eu tenha uma República Nova", destaca.

"Por que estão indicando a Bené?", indaga-se, para logo em seguida concluir que isso se deve ao trabalho que vem realizando. Aos 43 anos, seis filhos, seis netos, a vereadora carioca é notícia na Alemanha, França, Itália, Estados Unidos, Venezuela, Nicarágua, Uruguai e outros países, aos quais já concedeu entrevistas. Dizendo-se uma "expert" em matéria de cozinha, ela explica que para sustentar sua família foi cozinheira, lavadeira, quitandeira e "tudo o mais que se possa imaginar".